


Construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos através das compras públicas de alimentos da agricultura familiar: uma revisão integrativa

Building healthy, sustainable, and inclusive food systems through public food procurement from family farming: an integrative review

Lilian de Pellegrini Elias¹ , Gabriela Perin² , Julia de Oliveira Silva³ , Lea Vidigal⁴ , Felipe Jabali Marques⁵ 

¹Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Cepa), Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Florianópolis (SC), Brasil. E-mail: lilianelias@epagri.sc.gov.br

²Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Brasília (DF), Brasil. E-mail: gabriela.perin@ipea.gov.br

³Departamento de Economia e Relações Internacionais (DERI), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis (SC), Brasil. E-mail: julia.oliveira.silva@grad.ufsc.br

⁴Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo (SP), Brasil. E-mail: lea.medeiros@alumni.usp.br

⁵Institute of Law, Politics and Development (DIRPOLIS), Sant'Anna School of Advanced Studies (SSSA), Pisa, Italy. E-mail: felipe.marques@santannapisa.it

Como citar: Elias, L. P., Perin, G., Silva, J. O., Vidigal, L., & Marques, F. J. (2025). Construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos através das compras públicas de alimentos da agricultura familiar: uma revisão integrativa. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 63, e286963. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2025.286963>

Resumo: As compras públicas de alimentos adquirem itens provenientes da agricultura familiar enquanto estratégia de construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos, embora se reconheça que nem toda agricultura familiar seja sustentável. No entanto, não está claro se tais estratégias advindas das diretrizes dos programas são traduzidas em ações nas diferentes etapas do sistema alimentar, desde a produção até o consumo. Diante disso, realizou-se uma revisão integrativa com o objetivo de associar compras públicas de alimentos da agricultura familiar e construção destes sistemas com foco nos dois programas-chave de compras públicas brasileiros: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), especialmente a modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A revisão integrativa revela que, embora esses programas sejam elaborados com a intenção de construir sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos, sua implementação enfrenta limitações. As diretrizes incluem critérios como aquisição de alimentos orgânicos e agroecológicos, alimentos da sociobiodiversidade advindos de povos e comunidades tradicionais e inclusão de agricultores familiares vulneráveis como fornecedores. No entanto, os resultados das políticas estão concentrados na dimensão socioeconômica, especialmente no aumento da renda e garantia de comercialização. Para que as políticas de compras públicas possam impactar positivamente a transformação do sistema alimentar, ainda se faz necessária a expansão do escopo dos programas em suas dimensões saudável e sustentável.

Palavras-chave: segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar, compras públicas, PNAE, PAA.

Abstract: Public food procurement purchases items from family farming as a strategy for building sustainable food systems, though it is acknowledged that not all family farming is sustainable. However, it is unclear whether these strategies derived from program guidelines are translated into actions at various stages of the food system, from production to consumption. In light of this, an integrative review was conducted with the goal of linking public food procurement from family farming to the construction of sustainable food systems, focusing on two key Brazilian public procurement programs: the Food Acquisition Program (PAA), particularly its Purchase with Simultaneous Donation (CDS) modality, and the National School Feeding Program (PNAE). The integrative review reveals that while these programs are designed with the intention of building sustainable food systems, their implementation faces limitations. The guidelines include criteria such as the procurement of organic and agroecological foods, foods from sociobiodiversity, sourced from traditional peoples and communities, and the inclusion of vulnerable family farmers as suppliers. However, the results of the policies are concentrated in the socioeconomic dimension, particularly in increasing



income and ensuring market access. For public procurement policies to positively impact the transformation of healthy, sustainable, and inclusive food systems, it is still necessary to expand the scope of the programs in their healthy and sustainable dimensions.

Keywords: food and nutritional security, family farming, public procurement, PNAE, PAA.

1. Introdução

No último século, os ganhos acelerados de produtividade não foram suficientes para promover segurança alimentar e nutricional (SAN)¹ em todas as regiões do mundo para todos os grupos sociais. A estimativa é de que 2,8 bilhões (35,4%) de pessoas no mundo não puderam acessar uma alimentação saudável em função do custo, das quais 182,9 milhões são da América Latina e Caribe (Food and Agriculture Organization, 2024, p. 29). Além da insuficiente contribuição alimentar e nutricional, o atual modelo agrícola e seu respectivo sistema alimentar, associados à degradação ambiental e à escassez dos recursos naturais, agravaram os efeitos das mudanças climáticas sobre a disponibilidade de alimentos, especialmente alimentos saudáveis, em quantidade, qualidade e diversidade adequada a preços acessíveis à população socioeconomicamente vulnerável (Morgan & Sonnino, 2010).

Tais problemas complexos e sistêmicos têm sido enfrentados a partir de políticas públicas que buscam construir sistemas alimentares saudáveis, inclusivos e sustentáveis, como as compras públicas de alimentos. A construção destes sistemas tem sido apontada como um novo paradigma para fazer frente às crises alimentar, econômica e ambiental que se agravam em função das crises ambiental e socioeconômica. Faz parte da multidimensionalidade desse paradigma reconhecer o alimento a partir do seu caráter material e cultural, sendo, ao mesmo tempo, fonte de renda, saúde, expressão cultural, da tradição e das preferências pessoais de cada indivíduo. O uso eficiente dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade junto à garantia de condições econômicas e sociais de produção à população rural são condições necessárias para uma oferta abundante e diversa de alimentos capaz de promover SAN e padrões alimentares para a população (Feenstra, 2002, p. 100; Marsden & Morley, 2014).

As políticas de compras de alimentos são reconhecidas por contribuírem com a construção de tais sistemas (Morgan & Sonnino, 2010), que integram nutrição, alimentação e agricultura através do fortalecimento da produção e do processamento local de alimentos, especialmente por agricultores familiares (Bocchi et al., 2019, p. 2), inclusão de pequenas e médias empresas de alimentos, mulheres, jovens e/ou outros grupos vulneráveis e o fomento de dietas saudáveis e sustentáveis (Swensson & Tartanac, 2020). O estímulo à produção atua aumentando a produtividade e a renda dos agricultores nas áreas rurais, melhorando o acesso aos mercados e aos fluxos de mercadorias, serviços e informações (Food and Agriculture Organization, 2024).

¹ Conforme o artigo 3º da Lei nº 11.346/2006, SAN consiste “na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis”. Segundo o artigo 4º da mesma lei, “a segurança alimentar e nutricional abrange ainda: I - a ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição de alimentos, incluindo-se a água, bem como das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, da geração de emprego e da redistribuição da renda; II - a conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; III - a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social; IV - a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população; V - a produção de conhecimento e o acesso à informação; VI - a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País; e VII - a formação de estoques reguladores e estratégicos de alimentos”.

Neste contexto, a agricultura familiar é evidenciada enquanto a “peça que faltava” para incorporar crescimento econômico, inclusão social e proteção ambiental (Food and Agriculture Organization, 2019, p. 10). O diferencial da categoria em questão reside em sua tendência de promover, simultaneamente, práticas agrícolas que conservam os recursos naturais, mantêm a biodiversidade e garantem SAN localmente. A produção diversificada e mais saudável, em comparação aos sistemas tradicionais, impulsiona a geração de empregos e renda na região, diminui a necessidade de importar alimentos ou consumir produtos ultraprocessados e possibilita o fortalecimento de sistemas alimentares mais sustentáveis e saudáveis. Sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos associados à agricultura familiar são constatados em todo o mundo, e em especial na América Latina, região pioneira e protagonista da agroecologia, bem como da expansão dos mercados de produtos da agricultura orgânica e o fortalecimento das cadeias curtas de comercialização. No entanto, tais sistemas permanecem à margem do sistema alimentar dominante, circunscritos ao nível local e redes alternativas. Não está claro se sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos serão capazes de ampliar seu espaço e se tornar dominantes.

O Brasil possui histórico e experiência nesse campo. O lançamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em 2003 e a obrigatoriedade de destinação de parte do recurso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para as compras da agricultura familiar, em 2009, trouxeram uma ética ambiental e cidadã que dá espaço para o potencial de construção de alternativas sustentáveis à produção alimentar (Marques & Ponzilacqua, 2022; Sambuichi et al., 2014). Pelas suas específicas características, tais programas passaram a ser crescentemente associados à inclusão e diversificação produtiva via circuitos curtos de produção, incentivo às práticas agrícolas sustentáveis, geração de renda, desenvolvimento e dinamização da economia local, promovendo concomitantemente SAN dos beneficiários consumidores do programa e também dos agricultores fornecedores de alimentos.

O PAA dispõe de cinco modalidades, sendo a principal e também objeto deste estudo, a Compra com Doação Simultânea (CDS) que visa a aquisição de alimentos diretamente de agricultores familiares, com doação imediata às entidades socioassistenciais ou equipamentos públicos de SAN. O PNAE, por sua vez, reforça seu compromisso de uma alimentação saudável e sustentável aos alunos a partir de resoluções que restringem a presença de bebidas açucaradas, ultraprocessados e outros, ao mesmo tempo em que incentiva o consumo de frutas, legumes e verduras diariamente². Enquanto o PAA-CDS prioriza a inclusão produtiva de agricultores socioeconomicamente vulneráveis, o PNAE tem como principal propósito garantir uma alimentação que contribua com a SAN dos estudantes. É notório, portanto, que as dimensões de sustentabilidade dos sistemas alimentares sejam incorporadas e promovidas pelas compras públicas de alimentos no Brasil. Entretanto, existe um descompasso entre o potencial das compras públicas para promover mudanças no sistema alimentar e a efetiva realização desse potencial (Borsatto et al., 2020; Retiere & Darly, 2023).

A investigação sobre mecanismos capazes de transformar o potencial de contribuição das compras de agricultura familiar em realidade recebeu relativamente pouca atenção na literatura até o momento (Borsatto et al., 2020; Retiere & Darly, 2023). Este trabalho analisa a relação entre compras públicas de alimentos da agricultura familiar e a construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos, levando em conta as dimensões de sustentabilidade das compras públicas de alimentos da agricultura familiar que perpassam as diferentes etapas do sistema alimentar (produção, processamento, distribuição e consumo). A análise baseada em revisão de literatura tem como propósito evidenciar o caminho percorrido pelas políticas

² Resoluções nº 26 de junho de 2013 e nº 6 de maio de 2020 do conselho deliberativo do FNDE.

desde a proposição das diretrizes até a operacionalização, abrangendo os desafios enfrentados como subsídios à elaboração de propostas para superar tais desafios.

2. Fundamentação Teórica

As compras públicas de alimentos só ganharam escala em 2003, com o lançamento do Programa Fome Zero (PFZ) que trouxe consigo o PAA³. O PNAE, até aquele momento, participava do PFZ enquanto promotor de SAN para os estudantes, passando apenas em 2009 a contar com a obrigatoriedade de destinar ao menos 30% do recurso repassado pelo governo federal ao programa para compras de alimentos da agricultura familiar⁴. O grande salto dado pelo PAA para ampliar as compras locais foi o estabelecimento da dispensa de licitação como mecanismo de compra de alimentos diretamente da agricultura familiar, criando uma exceção à Lei nº 8.666/1993, a lei de licitações em vigor na época, substituída pela Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/21). A dispensa de licitação permitiu o estabelecimento de critérios mais adequados às compras locais de alimentos da agricultura familiar, permitindo que grupos vulneráveis pudessem acessar um mercado antes inviável devido às barreiras jurídicas (licitações que exigem formalização empresarial e são definidas pelo menor preço). O rápido avanço do ponto de vista institucional se deu em função do “aproveitamento” de leis e projetos de leis apresentadas anteriormente junto à articulação política propícia nos anos 2000 (Grisa et al., 2018).

O impulso à compra local e de itens da agricultura familiar resultou na ampliação da oferta de uma alimentação saudável e sustentável ao PNAE (Soares et al., 2018). Do ponto de vista da agricultura familiar, sua universalidade e aporte estável de recursos, os quais são distribuídos conforme o número de alunos por município, tornam o programa um mercado relevante para os agricultores familiares (Paula et al., 2023). Foram identificados também resultados em termos de inclusão produtiva e geração de renda para os agricultores familiares e aumento do dinamismo econômico local e regional através da comercialização e incentivo à diversificação da produção local (Sambuichi et al., 2020, 2022; Perin et al., 2021).

2.1. Sistemas alimentares saudáveis, inclusivos e sustentáveis

A análise em termos de sistema, e não de redes ou cadeias, reflete o objetivo de observar uma complexidade que envolve o alimento que não é passível de ser analisada linearmente ou de forma simplificada (Blay-Palmer, 2016, p. 19; 26). A partir da perspectiva sistêmica é possível investigar como as compras públicas interagem com a alimentação saudável, sustentável e inclusiva desde a produção ao consumo, passando pelo processamento e distribuição, e de que forma ela é influenciada por dimensões que remetem ao saudável, sustentável e inclusivo. O detalhamento das categorias de análise para identificação do que se encaixa na construção de um sistema está apresentado no Quadro 1. A partir disso, é possível identificar se as compras de alimentos estão ou não sendo caracterizadas por elementos que coincidem com a construção de sistemas alimentares saudáveis, inclusivos e sustentáveis (Martinelli & Cavalli, 2019; Soares et al., 2018; Triches, 2021).

³ Criado pela Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero. Esta Lei foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011 e regulamentada por diversos decretos, o que está em vigência é a Lei 14.628 de 2 de julho de 2023.

⁴ Lei n. 11947, 16 de Junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

Quadro 1. Características de um sistema alimentar saudável, sustentável e inclusivo

Etapas	Saudável e Sustentável	Social e economicamente inclusivo
Produção	<ul style="list-style-type: none"> ● Ampliação de sistemas de produção agroecológicos⁵, orgânicos e que fazem uso mais eficiente de recursos naturais com redução de perdas na produção; ● Ampliação da produção diversificada, sociobiodiversa, sazonal e com qualidade nutricional da alimentação para autoconsumo e para mercados locais. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Aumento da presença de agricultores familiares socialmente vulneráveis, mulheres, jovens, negros e povos e populações tradicionais.
Processamento	<ul style="list-style-type: none"> ● Redução da industrialização/ processamento para manutenção dos nutrientes; ● Reduzida adição de gordura trans, conservantes e outros aditivos alimentares; ● Transparência na rotulagem (ingredientes, rastreabilidade e métodos de produção); ● Redução de perdas no processamento. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Ampliação da demanda por produtos locais e da agroindústria familiar com o intuito de ampliação da renda da agricultura familiar.
Distribuição	<ul style="list-style-type: none"> ● Redução da pegada ecológica e custos com transporte - fomento de sistemas locais de produção e circuitos curtos de comercialização; ● Redução de perdas na logística. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Compras diretas da agricultura familiar ● Reduzida presença de intermediários entre produtores e consumidores; ● Acesso equitativo aos mercados pelos agricultores familiares e aos produtos pelos consumidores.
Consumo	<ul style="list-style-type: none"> ● Preferência por alimentos frescos, sociobiodiversos, orgânicos e agroecológicos; ● Priorização de alimentos da biodiversidade, regionais, sazonais e locais; ● <i>Acesso à alimentação saudável e sustentável;</i> ● Educação alimentar e nutricional; ● Redução de perdas e desperdícios. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Comércio justo e solidário; ● <i>Acesso à alimentação saudável e sustentável.</i>

Fonte: Food and Agriculture Organization (2019), Marsden & Morley (2014), Fabri (2021) e Santo Gomes & Bezerra (2019).

3. Metodologia

Foi realizada uma revisão integrativa da literatura relacionada ao tema. O método justifica-se na medida em que permite a combinação de estudos de diversas abordagens (experimental,

⁵ A "transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica" é analisada aqui a partir do delineamento dado pela Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Decreto n. 7.794 de 2012) e pela lei da Agricultura Orgânica (Lei 10.831/2003). O artigo 2º, inciso IV do Decreto 7.794/2012 define transição agroecológica como o "processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica.". O mesmo decreto (art. 2º, inc. III) define produção de base agroecológica como aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação". Já um sistema orgânico de produção agropecuária é definido pelo art. 1º da Lei 10.831/2003 como "todo aquele em que se adotam técnicas específicas, mediante a otimização do uso dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à integridade cultural das comunidades rurais, tendo por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos, a eliminação do uso de organismos geneticamente modificados e radiações ionizantes, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização, e a proteção do meio ambiente".

não-experimental, primários, secundários) e a consequente integração de seus resultados, proporcionando uma visão aprofundada dos principais conceitos, resultados e evidências relacionados ao problema de pesquisa (Sousa et al., 2018; Santos Batista & Kumada, 2021). A revisão integrativa foi considerada a mais adequada para sintetizar os argumentos em torno do amplo tema da sustentabilidade nas políticas de compras públicas de alimentos no Brasil, sendo possível identificar lacunas e oportunidades para pesquisas futuras, sem abrir mão do rigor metodológico necessário à investigação. Para isso, a pesquisa foi realizada conforme os Itens Preferenciais para Relatórios de Revisões Sistemáticas e Meta-Análises (PRISMA)⁶ (Moher et al., 2009), no qual seleciona artigos para codificação e análise. Após a identificação inicial dos artigos, faz-se um processo de elegibilidade e de inclusão.

3.1 Seleção dos dados

Os artigos incluídos na pesquisa passaram por um processo de codificação e extração de dados relevantes para o presente trabalho. O período analisado não teve restrição de início e terminou em setembro de 2023. A triagem, leitura dos artigos e sistematização dos resultados ocorreu entre outubro de 2023 e março de 2024. Foram utilizadas as bibliotecas e banco de dados: Web of Science, Scopus, BVS, Ebsco e Scielo, para buscar periódicos em função da ampla cobertura das publicações originais e revisões sobre compras públicas de alimentos da agricultura familiar, nas suas diversas áreas de interesse (Martinelli & Cavalli, 2019; Pedraza et al., 2018; Perin et al., 2021; Silva, 2021). Após a seleção dos artigos, o texto completo de cada um foi lido para recuperar informações importantes para análise posterior a partir das categorias analíticas predefinidas. Optou-se por incluir artigos publicados em Português, Inglês e Espanhol diante da circulação de periódicos relevantes sobre o tema, nos três idiomas. A identificação e delineamentos iniciais de artigos potencialmente relevantes para o estudo basearam-se em categorias de busca, sendo as políticas de compras públicas de alimentos da agricultura familiar como “intervenção” e seus resultados seguindo uma combinação das abordagens (Methley et al., 2014) SPICE (Setting, population/ problem, intervention, comparison and evaluation) e PICO (Population, intervention, context and outcome)⁷.

A busca foi realizada a partir de intervenção e resultado. Intervenção é a política pública investigada, ou seja, as compras públicas de alimentos da agricultura familiar. O resultado inclui as investigações que focam na prática das diretrizes dessas políticas no que concerne à construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos. A leitura dos resumos e dos textos integrais foi realizada de forma duplo-cego e os desacordos foram resolvidos em discussão com a presença de um terceiro pesquisador.

A busca alcançou um total de 523 documentos, 181 dos quais excluídos a partir da ferramenta automática de remoção de artigos duplicados do software Cadima. Os 342 documentos restantes passaram por um processo de elegibilidade a partir da leitura dos resumos. Neste processo, 21 documentos foram identificados como repetidos, 3 excluídos por não serem artigos - uma cartilha, uma dissertação e uma tese, e 256 não abordam o tema de interesse. O passo seguinte foi uma nova triagem a partir da leitura integral dos 62 artigos pré-selecionados. Na leitura integral, 44 artigos foram incluídos em definitivo na análise - 2 foram excluídos por terem versão

⁶ Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA).

⁷ Os termos de busca foram: (“Aquisição de alimentos” OR “compra pública” OR “compra institucional” OR “PNAE” OR “PAA” OR “merenda escolar” OR “alimentação escolar”) AND (“agricultura familiar” OR “agricultores familiares” OR “agricultor familiar” OR “camponês” OR “campeño”) AND (“dieta” OR “dietas” OR “saudável” OR “qualidade” OR “nutrição” OR “alimentação” OR “renda” OR “socioeconômico” OR “econômico” OR “desenvolvimento” OR “meio de vida” OR “sustentável” OR “ecológico” OR “orgânico”).

em dois idiomas e 16 excluídos por não abordarem o tema de interesse. Por fim, realizou-se técnicas de bola de neve para incluir artigos considerados relevantes e que os mecanismos de busca omitiram, sendo incluídos 23 artigos adicionais.

3.2 Codificação e extração de dados

Após a seleção dos artigos, o texto completo de cada um foi lido para recuperar informações importantes para análise posterior. Cada estudo foi codificado de acordo com o autor, o ano de publicação, a citação, a fonte do periódico, o país, as áreas temáticas, os métodos e as principais conclusões de acordo com as categorias analíticas da seção 4.

4. Resultados

4.1 Quem compra? A atuação do poder público

As compras de alimentos da agricultura familiar foram oportunizadas pela dispensa de licitação inaugurada pelo PAA em 2003. O PAA realiza compras exclusivamente com dispensa de licitação desde o seu lançamento (Perin et al., 2021). Já o PNAE mantém a licitação como a prática mais usual de compra de alimentos, e adotou complementarmente, a partir de 2009, a chamada pública como mecanismo de ampliação da demanda e dos mercados de produtos da agricultura familiar. Ao substituir a seleção dos agricultores familiares via menor preço (Fonseca et al., 2019)⁸ pela seleção por critérios legais de priorização, a chamada pública confere alguma margem de discricionariedade e autonomia na tomada de decisões, pois os gestores passam a ser responsáveis pela definição das características dos alimentos. A dispensa de licitação é um mecanismo essencial para permitir a inclusão de agricultores mais vulneráveis, tendo em vista o maior custo de produção e o preço dos alimentos provenientes de sistemas de produção sustentáveis (Brasil, 2014) e saudáveis (Food and Agriculture Organization, 2024). A partir deste mecanismo, foi possível colocar em prática as diretrizes de construção de sistemas alimentares saudáveis sustentáveis e inclusivos das compras públicas de alimentos da agricultura familiar (Carvalho et al., 2019; Sambuichi et al., 2014), além do fomento à produção e aos hábitos alimentares regionais e sustentáveis (Sousa et al., 2015; Triches & Schneider, 2010).

No entanto, a discricionariedade possibilitada pela dispensa de licitação não é suficiente para garantir a aquisição de alimentos saudáveis e sustentáveis. Faz-se necessária uma demanda estável a preços atrativos e com recursos em quantidade suficiente para promover estímulo suficiente aos produtores para que eles participem das políticas de compras públicas. A definição de preço em desacordo com a sazonalidade e inflexível às rápidas mudanças do mercado, em especial nos custos de produção ao longo da vigência dos contratos, pode afastar os agricultores familiares das políticas (Assis et al., 2019). A disparidade entre preços e custo de produção pode ser ainda maior para aqueles cujos sistemas de produção são sustentáveis, causando desinteresse dos agricultores em ofertar produtos sustentáveis (Silva et al., 2022; Triches et al., 2016). Isto é observado pelas entidades executoras que alegam dificuldades de adquirir alimentos regionais, orgânicos e agroecológicos por falta de oferta, de variedade e de certificação (Sousa et al., 2021).

⁸ Determinou-se que os preços para o PAA e PNAE devem ser “coerentes e adequados às especificidades regionais e locais”. Os preços “devem ser compatíveis com os preços praticados no mercado local” (§ 1º do art. 14) Lei n. 11.947, 16 de Junho de 2009. Os programas PAA e PNAE estimulam a produção orgânica via compra de alimentos orgânicos, o que promove também melhores condições de negociação aos agricultores em outros canais de venda (Fonseca et al., 2019).

No que se refere à instabilidade na disponibilidade de recursos para os programas, o PAA-CDS teve em média, entre 2003 a 2021, R\$ 226 milhões (valores nominais) anuais, sendo que em 2021 atingiu o menor valor da série histórica desde sua criação. Apesar da redução de recursos ocorrer desde 2013, com aumento da destinação em 2020 e retomada do volume de recursos a partir de 2022 (Brasil, 2021), o programa nunca deixou de ser operacionalizado, mesmo durante o período em que recebeu nova nomenclatura entre 2021 e 2023.

O PNAE, mais abrangente em municípios atendidos e recursos disponíveis, destinou R\$ 1,5 bilhão em 2019 para aquisições de produtos da agricultura familiar, ano em que o programa apresentou o maior valor da série histórica disponível (2011 a 2019) (Brasil, 2021, 2024). Em 2022, o PNAE dispunha de recurso complementar (Brasil, 2024) de R\$ 3,6 bilhões do governo federal (Brasil, 2024). Desta forma, pode-se observar que enquanto o PAA-CDS teve redução de recursos disponíveis, as aquisições do PNAE avançaram em termos de volume de recursos. O PNAE possui um desafio maior do que o PAA, de compatibilizar a sustentabilidade econômica em função da particularidade do programa em seguir normativas quanto à quantidade e qualidade nutricional da alimentação escolar diante de um público de 37,2 milhões de alunos⁹. A dimensão do desafio reflete a lacuna entre norma e operacionalização, visto que 15% dos municípios brasileiros (830 municípios) nunca atingiram a destinação mínima de 30% para compra de alimentos da agricultura familiar e que, no ano de 2019, 31,5% não alcançaram o requisito¹⁰.

A soma dos recursos das compras públicas, considerando PAA-CDS e PNAE, alcançou menos de R\$ 2 bilhões em compras de produtos da agricultura familiar. Tal valor é relativamente pequeno para impactar os 3,9 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar que existem no Brasil¹¹. Supondo a distribuição de R\$ 40 mil por estabelecimento/ano, valor máximo que um agricultor que vende ao PNAE pode receber por entidade executora, 50 mil agricultores seriam contemplados. Caso se considere o valor máximo por unidade familiar do PAA-CDS, de R\$ 12 mil para R\$ 15 mil, o número seria de cerca de 145 mil. Caso cerca de 145 mil recebam recursos e estes recursos sejam igualmente distribuídos, 3,7% dos agricultores familiares serão contemplados com cerca de R\$ 1,1 mil mensais. Trata-se, assim, de alcance e valor com potencial transformador limitado.

A disponibilidade limitada de recursos é um dos elementos que faz com que a demanda por alimentos da agricultura familiar, e ainda mais de alimentos saudáveis e sustentáveis - cujo desafio de demanda é ainda maior - seja restrita, alcançando um número pequeno de agricultores e/ou destinando uma quantidade de recursos insuficiente para promover transformações efetivas no sistema alimentar (Borsatto et al., 2020; Retiere & Darly, 2023). A capacidade dos programas em promover a transformação dos sistemas alimentares passa pela ampliação de recursos e do seu alcance.

Além das restrições orçamentárias, há também o desafio da compatibilização entre o arcabouço normativo e a operacionalização dos programas localmente. No caso do PNAE há uma divisão de tarefas com a União, na qual as entidades executoras são responsáveis pela operacionalização e seriam as principais encarregadas pelo seu financiamento, enquanto é a União que define seu regime jurídico, planejamento, controle e avaliação, que inclui sanções rígidas¹² em caso do descumprimento das diretrizes. Essa separação entre normatização, execução e controle resulta em prejuízo no cumprimento das diretrizes da política e pouco

⁹ Dados Físicos e Financeiros do PNAE (Brasil, 2024).

¹⁰ Dados da Agricultura Familiar (Brasil, 2024).

¹¹ Censo Agropecuário 2017 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2017).

¹² Uma das sanções é o corte do repasse de recursos.

estímulo à adaptação gradativa das entidades executoras às normativas vigentes (Bonduki & Palotti, 2021). Isso se aplica também para o PAA, na medida em que o GGPAA (Grupo Gestor do PAA), um órgão colegiado de caráter deliberativo formado por representantes de ministérios, é responsável por definir as medidas de operacionalização do programa, desde a metodologia para definição dos preços de referência de aquisição de alimentos às condições de doação dos alimentos e formação dos estoques públicos, sendo que os gestores locais implementam as orientações e executam o programa (Perin et al., 2021).

As entidades executoras alegam limites na operacionalização em função da ausência de recursos, de apoio técnico capacitado e infraestrutura. Os gestores do programa atestam dificuldade de entender a legislação, desconhecimento sobre a produção local (Chaves et al., 2020) e incompatibilidade entre o cumprimento das diretrizes e das normas (Triches & Grisa, 2015). Como resultado, a operacionalização é prejudicada por chamadas públicas inadequadas à normativa dos programas, que não dispõem das informações básicas ao agricultor sobre os requisitos de acesso (Triches et al., 2016), a frequência e o número de locais de entrega (Assis et al., 2019, p. 586; Baccarin et al., 2017), além de não compatibilizar a demanda na chamada pública com os produtos que os agricultores locais têm à disposição (Assis et al., 2019, p. 586) e são aptos a produzir localmente (Retiere & Darly, 2023) diante da sua realidade biocultural. A frustração ao longo do processo torna a política inacessível (Chaves et al., 2020, p. 485; Silva et al., 2022).

Adaptações das normativas às características locais têm sido feitas para aprimorar a operacionalização. O GGPAA incluiu critérios de priorização de grupos de fornecedores de acordo com nível de pobreza, insegurança alimentar, presença de indígenas e quilombolas. Por sua vez, o PNAE tem seu regime jurídico regido pelo FNDE/MEC, cujas mudanças são realizadas de forma centralizada e distante das realidades locais, e nem sempre dispõe de corpo técnico capacitado para buscar as adaptações necessárias para o aprimoramento da política. Os critérios de priorização do PNAE¹³ contemplam a inclusão produtiva, porém sem critérios de vulnerabilidade socioeconômica, de raça ou de idade. A inclusão de mulheres no PNAE ocorreu apenas em 2023¹⁴.

Os casos de sucesso no cumprimento das diretrizes advêm de notáveis esforços para transpor essas barreiras, realizados mediante arranjos interinstitucionais que promovem a formação aos agricultores, assistência técnica e diálogo para adequar produção e demanda de alimentos e a adaptação das normativas ao contexto local (Triches & Grisa, 2015). A presença de nutricionistas, no caso do PNAE, se destaca pelo desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional com as comunidades escolares (Chaves et al., 2020). A presença de servidores públicos com bom entendimento sobre sustentabilidade identifica-se enquanto um fator que “faz a diferença” na realização de “ações e mudanças em direção a uma alimentação mais sustentável”, o que contempla a aquisição de alimentos orgânicos e abre espaço para se discutir a necessidade de formação e sensibilização dos atores sociais para que a alimentação escolar seja um vetor de sustentabilidade. O arranjo institucional em torno dos programas é o que dá fôlego para operacionalizá-los (Silva et al., 2022). Porém, cumprir as diretrizes requer um “contexto favorável” e um comprometimento dos atores sociais para fazer valer a discricionariedade da política no fomento aos sistemas

¹³Dentre os critérios de priorização a ordem importa, ou seja, um produtor indígena local terá preferência em relação a uma cooperativa (enquanto grupo formal), bem como um agricultor familiar individual local terá prioridade em relação a qualquer fornecedor de fora do município. Na ausência de fornecedores locais, o programa pode recorrer a fornecedores regionais. E se estes não estiverem disponíveis, então pode-se considerar fornecedores nacionais.

¹⁴Lei n. 11.947, 16 de Junho de 2009. No PNAE, portanto, tem-se como prioridade (1º) assentados, quilombolas e indígenas, seguidos pelos (2º) produtores de orgânicos e agroecológicos, e pelos (3º) grupos formais, que têm prioridade em relação aos informais, os quais têm prioridade sobre os fornecedores individuais.

alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos, o que não está presente em todas as entidades executoras (Figura 1) (Chaves et al., 2020, p. 485). Há concordância entre os atores sociais sobre a importância das medidas, mas falta “entendimento sobre o assunto” para que as aquisições de alimentos sustentáveis de fato ocorram e se construa coletivamente este “contexto favorável” (Marques & Triches, 2022).

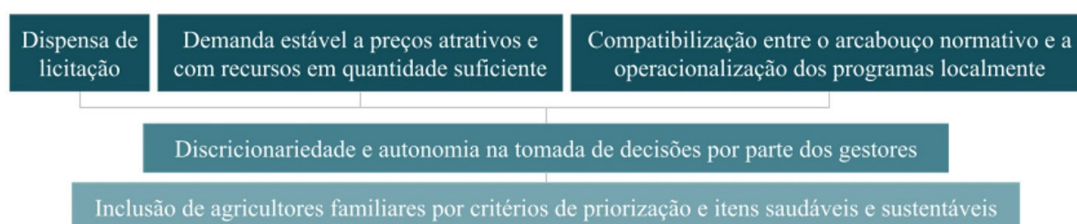


Figura 1. A atuação do poder público.

Fonte: Elaboração própria.

O melhor entendimento sobre como se dá o “contexto favorável” pode ser observado a partir das etapas do sistema alimentar, observados nas subseções seguintes.

4.2. Quem produz? Os agricultores familiares enquanto público-alvo e a compra local enquanto estratégia socioeconômica e de sustentabilidade

Os fornecedores do PAA e do PNAE podem participar do programa individualmente ou como membros de cooperativas ou associações. No caso do PAA, a aquisição dos agricultores individuais é realizada a partir de Termo de Adesão entre o MDS e o estado/município/DF, enquanto que na compra de cooperativas ou associações o contrato é feito pela Conab diretamente com a organização de agricultores. Dentre as modalidades do PAA, o PAA-CDS se destaca tanto pela quantidade de recursos disponibilizados pelo governo federal, que propicia maior abrangência do programa, quanto por uma “implementação que prioriza as organizações de pequeno porte, com enfoque nos agricultores mais vulneráveis e atuar nacionalmente”, sendo promovida por um grupo gestor que busca adaptar o programa em função dos agricultores em vulnerabilidade socioeconômica como público-alvo (Brasil, 2014, p. 41). No caso do PNAE, a compra é realizada por meio de entidades executoras que celebram contratos diretamente com agricultores individuais, cooperativas ou associações.

Os dois programas priorizam a compra de agricultores familiares conectados à produção saudável, inclusiva e sustentável. O regime jurídico das compras públicas induziu uma mudança de qualidade nos processos de produção e consumo no âmbito da política, no sentido de redirecionar os recursos públicos para o fortalecimento das cadeias curtas de abastecimento de alimentos fundamentadas em princípios de sustentabilidade (Souza & Fornazier, 2022). A compra é realizada prioritariamente por meio de circuitos curtos de produção e comercialização associados às boas práticas agrícolas e sociobiodiversidade regional. A priorização é pela seleção de agricultores familiares socioeconomicamente vulneráveis, povos indígenas, quilombolas e tradicionais, assentados e, mais recentemente, mulheres. A promoção da igualdade de gênero no rural é mais recente, tendo sido contemplada pelo PAA em 2011 e pelo PNAE em 2023¹⁵. Este desenho da política responde aos anseios do grupo heterogêneo contemplado na Lei da

¹⁵Resolução GGPAA Nº 3, de 5 de setembro de 2023. Estabelece as normas que regem a modalidade Compra com Doação Simultânea- CDS, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, 2023.

Agricultura Familiar na consolidação da associação entre agricultura familiar e sustentabilidade e da concomitante promoção de formas de produção sustentáveis (Bocchi et al., 2019, p. 2).

O desdobramento de tais compras é a inclusão produtiva, geração de renda e de dinamização das economias locais (Marques & Ponzilacqua, 2022; Borsatto et al., 2020, 2021; Maluf, 2009) com “incentivo econômico para que os pequenos agricultores iniciem uma transição agroecológica ao criar um mercado diferenciado por preço que, de outra forma, não existe no contexto regional” (Guerra et al., 2017), e incentivo para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados (Pereira & Dal Soglio, 2020), alinhados com uma alimentação saudável (Bocchi et al., 2019, p. 2). O PAA se mostrou capaz de ampliar a diversidade dos produtos ofertados pela agricultura familiar ao longo da trajetória de forma mais contundente (Sambuichi et al., 2022) em relação ao PNAE (Paula et al., 2023). A maior flexibilidade do PAA, em especial do PAA-CDS, ao se adaptar à oferta dos agricultores, pode explicar a diferença entre os programas.

Apesar dos programas de compras públicas terem características comuns, a sua operacionalização apresenta algumas particularidades regionais quanto aos desdobramentos. Investigações concentradas no sul, sudeste e centro-oeste do país identificam que apesar das políticas serem capazes de estimular uma produção alinhada às práticas conservacionistas (Borsatto et al., 2021), as compras não estão sendo suficientes para dar suporte à transição para sistemas sustentáveis, orgânicos e agroecológicos. A criação de uma demanda adicional se mostra insuficiente para atrair os produtores orgânicos já certificados - que acessam mercados mais vantajosos, com melhores preços, compra garantida e menor burocracia - e para fomentar a transição agroecológica com o aumento do número de produtores, visto que não está associada a políticas complementares como assistência técnica e de crédito, que são fatores inter-relacionados (Borsatto et al., 2020). Estimular uma transição de modelo de produção não é uma tarefa fácil. Ao longo do processo os alimentos concorrem com produtos convencionais, fatores que dificultam a transição, tendo em vista que a produção sustentável é mais onerosa. Agricultores familiares destacam o desinteresse do poder público em oferecer incentivos suficientes para encorajar os agricultores a assumirem os riscos de tornar seus sistemas de produção sustentáveis (Triches et al., 2016; Borsatto et al., 2020; Maluf, 2009). Os agricultores familiares demonstram interesse na transição agroecológica, mas por si só não são capazes de fazer essa transição, sendo necessário o apoio governamental (Scheuer et al., 2017). Além da produção agroecológica e orgânica, a restrita aquisição de alimentos da sociobiodiversidade foi destacada como o desafio a ser transposto. Apesar do avanço na aquisição de itens *in natura*, não se observa presença relevante de itens da sociobiodiversidade nas compras dos programas (Rockett et al., 2019). Este resultado pode ser parcialmente explicado pela limitação das ofertas desses itens nas regiões. Outro fator relevante é a lista de itens reconhecidos como da sociobiodiversidade, pelas compras públicas, dispor de pouco mais de 80 itens de origem vegetal e não contemplar nenhum alimento de origem animal (Brasil, 2022).

No nordeste e norte os desafios se assemelham quanto à aquisição de orgânicos e/ou agroecológicos, apontados como uma das principais fragilidades no acesso às compras públicas (Silva et al., 2022), ao mesmo tempo que se enfatiza que as compras públicas atuam enquanto um suporte aos que produzem alimentos orgânicos e apresentam potencial para promover a transição agroecológica (Resque et al., 2019). Ainda que este ponto mereça ser melhor discutido, aponta-se que as regiões que mais se beneficiaram da política são aquelas em que as mudanças climáticas apresentam impacto notável na produtividade agrícola. O nordeste, em especial, dispõe de território cujos agricultores têm tido cada vez mais dificuldade em conseguir produzir o suficiente para efetuar as entregas para as compras públicas (Mesquita & Milhorce, 2019).

4.3. Quem atua na agroindústria? O processamento

Alguns estudos indicam que a principal razão da não-homologação dos contratos de venda da agricultura familiar é em função do não-cumprimento dos requisitos sanitários (Souza et al., 2023, da Silva et al., 2022). A dificuldade de se manter dentro dos padrões de qualidade higiênico-sanitários exigidos pelos programas, medidas de controle e de aperfeiçoamento do processo produtivo e embalagem onera a produção e chega a inviabilizar o acesso de parte dos agricultores às políticas públicas. Contornar essas fragilidades exige participação ativa dos atores sociais e disseminação de informação para torná-la mais acessível, de forma a facilitar a comunicação com órgãos e profissionais que possam orientar o processo (Silva et al., 2022; Triches & Schneider, 2010).

Dentre os avanços que se destacam está a adoção de serviços de inspeção municipal (SIM). O SIM oferece o acesso à certificação da qualidade sanitária aos produtos locais e regionais (Prezotto, 2013) e abrange parcela maior de pequenos produtores locais (Turpin, 2009, p. 35), tornando-os aptos a venderem no mercado formal. Além de simplificar o processo de certificação a partir do SIM, um fator de apoio adicional é a disponibilidade de equipamentos para o processamento destes alimentos (Weis et al., 2005, p. 72).

Adicionalmente, a preferência por alimentos *in natura*, que advém da pré-concepção, por parte da gestão, de que são estes os itens disponíveis para a oferta (Souza et al., 2023; Ferigollo et al., 2017, p. 7; Triches & Schneider, 2010), faz com que as compras de agricultura familiar não demandem ou demandem poucos alimentos com algum grau de processamento (Anjos et al., 2022, p. 5). Não há, portanto, estímulo à ampliação da oferta de itens para além do *in natura*, como carnes e laticínios que implicam necessidade de estruturas produtivas adequadas à normativa sanitária e que apresentam potencial de ampliação da renda dos agricultores e dos efeitos econômicos das compras públicas.

4.4. Quem entrega os alimentos? A logística

A aproximação entre as relações de produção e consumo a partir dos mercados locais apresenta potencial de redução dos custos de transporte e de ampliação da qualidade, confiabilidade e maior identificação com hábitos de consumo localmente diferenciados. O encurtamento da distância entre comprador e vendedor evidencia o potencial de redução das emissões de gases de efeito estufa proveniente dos programas de compras públicas (Carvalho et al., 2019), sendo uma estratégia mais sustentável do ponto de vista ambiental (Sambuichi et al., 2014).

No entanto, este potencial pode não ser atingido em função da configuração da aquisição de alimentos. As compras locais, quando apresentam necessidade de entregas semanais ou quinzenais de produtos, fazem com que a distância total percorrida pelos agricultores ao longo do período de vigência do contrato seja longa, em função do número de viagens, mesmo quando as propriedades rurais e a entidade consumidora estão relativamente próximas. Foi observado “elevado custo de deslocamento devido à grande distância entre os produtores e as escolas, e a necessidade de entrega semanal ou quinzenal dos produtos” (Assis et al., 2019, p. 586).

No que se refere às estratégias de redução do custo logístico, prefeituras têm feito uso de recursos federais ou próprios para aquisição de veículos para transporte dos alimentos ponto a ponto (em cada escola) (Turpin, 2009) e de infraestrutura de armazenagem para centralização do recebimento dos alimentos com o intuito de repassar à entidade executora a função de levar os alimentos às unidades em que são servidas refeições (Baccarin et al., 2017, p. 108). No caso do PAA, muitos municípios concentram as entregas dos alimentos em centrais de

recebimento. Há relatos do estabelecimento de um dia na semana para essa dinâmica e da prefeitura ficar responsável pelo transporte, em auxílio aos agricultores e das entidades receptoras (Perin et al., 2021). A infraestrutura logística proveniente da articulação em torno das compras públicas pode ser utilizada em benefício da população e dos agricultores familiares no apoio aos demais mercados.

4.5. Quem consome?

O consumo de alimentos saudáveis e sustentáveis na América Latina e Caribe apresenta o maior custo médio dentre as regiões do mundo. Em 2022 esta alimentação era inacessível para um terço da população, a mesma proporção da população da região que sofre com obesidade e sobrepeso (Food and Agriculture Organization, 2024). O cenário aumenta a relevância de políticas de compras de alimentos cuja oferta de alimentos saudáveis e sustentáveis da agricultura tem como desdobramento a promoção da SAN aos beneficiários consumidores e aos fornecedores agricultores familiares, por meio da melhora no autoconsumo (Marques & Ponzilacqua, 2022) e através da oferta de alimentos saudáveis da agricultura familiar (Soares et al., 2018). Aos agricultores familiares é atribuído papel central na oferta de uma dieta acessível, diversificada e mais adequada em termos nutricionais (Taquette & Minayo, 2015). Ambos programas adotam preceitos de um consumo saudável e sustentável refletindo a preferência por alimentos frescos e produzidos de forma sustentável, o que inclui agroecológicos e orgânicos, e a compra local e/ou direta de alimentos do produtor, preferência por alimentos regionais, sazonais e da sociobiodiversidade (Martinelli & Cavalli, 2019; Sambuichi et al., 2014; Santos et al., 2014; Soares et al., 2018). Cabe ao controle social acompanhar se a percepção de aumento de qualidade do alimento da agricultura familiar acontece em todo o território, gera efeitos positivos para todos os beneficiários e quais as estratégias para ampliar a qualidade do alimento ao longo do tempo. No entanto, cabe destacar que tais políticas, apesar dos bons resultados, têm limitado alcance. A ampliação dos benefícios passa pela maior capacidade das políticas em demandar produtos e ofertar alimentos para a população vulnerável.

5. Discussão

As etapas do sistema alimentar que permeiam as compras públicas de alimentos da agricultura familiar se conectam a partir de contexto favorável que contém um forte laço de diálogo entre os atores e habilidades transversais em torno de arranjos institucionais (Gregolin et al., 2016; Retiere & Darly, 2023)¹⁶. Isso não significa ausência de gargalos, já que gestores locais podem não desenhar a articulação intersetorial necessária, fazendo com que o “revés” da discricionariedade na operacionalização apresente-se como uma fragilidade dos programas (Silva et al., 2022). As compras públicas, isoladamente, sem redes externas de apoio, não são capazes de conduzir os agricultores familiares à transição para modelos de produção sustentáveis (Borsatto et al., 2020) com um tecido social centrado na localidade. No Quadro 2 extraímos dos resultados os elementos que se mostraram capazes de tornar realidade o potencial dos programas de construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos.

¹⁶Entre os vinte e oito municípios que atingiram a porcentagem de compra exigida por lei, dezessete deles tiveram mais de um departamento envolvido, além de terem recebido apoio de outras entidades”.

Quadro 2. Síntese das dimensões de sustentabilidade nas compras públicas de alimentos da agricultura familiar a partir da perspectiva dos atores participantes de cada etapa do sistema alimentar

		Dimensão socioeconômica e cultural	Dimensão ambiental
Quem compra: A atuação do poder público nos estabelecimentos de normas e critérios de compra	Desenho da normativa do programa	<ul style="list-style-type: none"> • Promove a inclusão produtiva e econômica, redução da vulnerabilidade socioeconômica e o desenvolvimento econômico e social através da: • Priorização de indígenas, quilombolas, populações tradicionais, assentados e mulheres. O PAA-CDS prioriza também agricultores inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. • Promove segurança alimentar e nutricional: • Disponibiliza alimentos para a população em insegurança alimentar e nutricional; • Incentiva hábitos alimentares saudáveis através da oferta de uma dieta saudável com qualidade, quantidade e regularidade adequada. • Fomenta a preservação de valores e culturas locais a partir da priorização de compras locais, tradicionais, regionais e da sociobiodiversidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilita a expansão da agroecologia e da produção orgânica via pagamento de prêmios a produtos orgânicos e agroecológicos; • Estabelece critérios para compras de alimentos que favorecem a aquisição de alimentos <i>in natura</i> e minimamente processados no âmbito do PNAE; • Permite que agricultores familiares ofereçam alimentos que seguem as diretrizes de consumo familiar, reduzindo a necessidade de processamento e incentivando práticas sustentáveis que respeitem a diversidade cultural das comunidades.
	Operacionalização da compra	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalece a coordenação entre o setor público, os agricultores familiares, as escolas e entidades socioassistenciais para promover compras públicas mais sustentáveis e alinhadas com a realidade local. 	<ul style="list-style-type: none"> • Compras públicas representam uma ponte vital entre o campo e a mesa, beneficiando tanto os produtores quanto os consumidores.
Quem produz (público-alvo): agricultores familiares enquanto tomadores de decisão sobre a produção		<ul style="list-style-type: none"> • Amplia a disponibilidade de alimentos saudáveis para a população mediante as políticas de compras públicas e nos demais mercados; • Amplia a disponibilidade de alimentos sustentáveis para a população. 	<ul style="list-style-type: none"> • Articula agricultores familiares e suas organizações para ampliar a produção de alimentos orgânicos, agroecológicos e sociobiodiversos.
Quem consome (público-alvo): população representada pelo controle social das políticas		<ul style="list-style-type: none"> • Fiscaliza a qualidade da alimentação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fiscaliza a adequação dos produtos ofertados aos preceitos de sustentabilidade.
Quem atua na agroindústria: atuação dos agricultores familiares no processamento		<ul style="list-style-type: none"> • Fomenta a economia local ao ampliar sua inserção nos mercados a partir dos ganhos obtidos com a oferta de produtos agroindustrializados; • A demanda dos agricultores por serviços públicos de assistência técnica os capacita a atender padrões sanitários, impulsionando sua inclusão nas compras públicas e em novos mercados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Amplia a oferta de alimentos processados e minimamente processados, a exemplo dos artesanais e produtos tradicionais, utilizando insumos produzidos pela própria agricultura familiar, o que inclui itens da sociobiodiversidade de cada região.
Quem entrega os alimentos: atuação dos agricultores familiares e do poder público	Agricultores familiares	<ul style="list-style-type: none"> • Organiza logística individual e/ou coletiva para a oferta de alimentos às compras públicas, a qual é utilizada para a oferta de alimentos à população em geral, promovendo maior disponibilidade de mercadorias nos mercados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Organiza a produção de acordo com o planejamento de entregas das compras públicas, reduzindo perdas; • Disponibiliza informações rastreáveis de origem.
	Poder público/ entidades executoras	<ul style="list-style-type: none"> • Fortalece e aprimora as Unidades receptoras do PAA (rede socioassistencial, equipamentos públicos e sociais de SAN) e centros de distribuição articulados pelas entidades executoras. 	<ul style="list-style-type: none"> • Seleção de agricultores locais fomentando a redução das perdas a partir da compra direta e do encurtamento das distâncias percorridas.

Fonte: elaboração dos autores.

Propostas: o que cada agente do sistema alimentar pode fazer para transformar as compras públicas em uma política de construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos?

A implementação efetiva das políticas de compras públicas da agricultura familiar no Brasil apresenta desafios que devem ser enfrentados pelos diferentes agentes envolvidos. O poder público, federal e as entidades executoras das políticas devem apresentar soluções para a complexidade operacional e custos associados à gestão das compras. A dificuldade de conformidade com a legislação e a falta de incentivos adequados aos agricultores familiares, especialmente os que operam sob sistemas sustentáveis de produção, requerem atuação das diferentes instâncias (Quadro 3). O governo federal pode cumprir o papel de adaptar a normativa conforme as especificidades regionais se apresentam, bem como as entidades executoras podem recorrer à discricionariedade para elaborar tabelas de preço que considerem a sazonalidade e demais fatores que impactam a viabilidade econômica dos fornecedores locais.

Quadro 3. Síntese das propostas: o que cada nível de governo deve fazer?

Governo federal	<ul style="list-style-type: none"> ● Aprimorar as normativas para ampliar o direcionamento das compras públicas para a construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos, incluindo critérios voltados aos sistemas produtivos sustentáveis e inclusão produtiva - promoção da igualdade de gênero e racial, inclusão de grupos vulneráveis socioeconomicamente, grupos tradicionais, entre outros;
	<ul style="list-style-type: none"> ● Adaptar a normativa federal para as particularidades regionais da agricultura familiar, com especial atenção aos novos desafios impostos pelas mudanças climáticas;
	<ul style="list-style-type: none"> ● Monitorar a operacionalização da política para identificar se as EEx cumprem com a normativa federal concernente às diretrizes de sustentabilidade nas diferentes etapas de operacionalização (desenho da chamada pública, seleção, entre outros);
	<ul style="list-style-type: none"> ● Promover educação e conscientização sobre o uso de alimentos orgânicos e sustentáveis tanto para os gestores dos programas quanto para a população em geral;
	<ul style="list-style-type: none"> ● Definir divisão de tarefas com as EEx de forma que as demandas via normativa tenham contrapartida com apoio financeiro para viabilizar a operacionalização das políticas;
	<ul style="list-style-type: none"> ● Oferecer políticas públicas de apoio às redes, cooperativas, associações e agricultores familiares para a produção sustentável (incluindo a certificação participativa e agroindustrialização) e para a oferta articulada de alimentos diversificados.
	<ul style="list-style-type: none"> ● Contratação ou treinamento de profissionais de gestão capacitados para lidar com a complexidade das diferentes formas de compras, como dispensa de licitação e chamada pública;
Entidades executoras	<ul style="list-style-type: none"> ● Contratação de profissionais capacitados para assistência técnica e extensão rural na produção, logística e operacionalização das vendas de produtos da agricultura familiar para as compras públicas de alimentos voltadas aos agricultores familiares e suas organizações;
	<ul style="list-style-type: none"> ● Criação de mecanismos para mitigar o descolamento entre preço e custo de produção, especialmente no que concerne aos produtos provenientes de sistemas sustentáveis de produção, via formulação de listas de preço adequadas às condições de produção, sazonalidade e clima locais;
	<ul style="list-style-type: none"> ● Estabelecimento de mercado institucional sólido a partir de diretrizes sustentáveis locais mais restritivas que as nacionais e adaptadas à realidade local, com aporte de recursos locais;
	<ul style="list-style-type: none"> ● Construção de soluções locais de inclusão da agricultura familiar e fomento aos mercados locais, a fim de mitigar desafios sanitários e logísticos, a exemplo dos serviços de inspeção municipais e das centrais de abastecimento, armazéns centrais, apoio logístico local e cozinhas centrais.

6. Considerações finais

Os programas de compras públicas de alimentos da agricultura familiar brasileiros possuem em suas diretrizes elementos que fomentam a construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos com potencial para promover mudanças no sistema alimentar. Esse trabalho buscou evidenciar que o processo das políticas, desde a formulação de diretrizes até a implementação a partir de dimensões de sustentabilidade, perpassando as diferentes etapas do sistema alimentar, apresenta desafios importantes para transformar esse potencial em realidade. Experiências locais conseguiram transpor tais desafios, mas a limitação orçamentária junto a arranjos institucionais frágeis tornaram a operacionalização descontínua e restrita a parte dos territórios, sem eficácia abrangente em todo o território nacional.

Na perspectiva da produção, as diretrizes em grande medida constituem-se de elementos formais presentes em regulamentações, mas com pouca aplicação real na implementação do programa. A norma prevê instrumentos como a priorização de alimentos agroecológicos, orgânicos e sociobiodiversos, da priorização de grupos de agricultores em vulnerabilidade socioeconômica, e permite o acréscimo de até 30% no preço dos itens orgânicos. No entanto, os avanços são restritos ao aspecto socioeconômico e, mesmo nesta dimensão, têm alcance limitado. Ampliar a capacidade de promover renda e avançar no sentido da transição para sistemas de produção saudáveis e sustentáveis, contemplando aqui o consumo, implica não apenas a ampliação do volume de recursos, mas também conexão dos programas a políticas complementares, dentro de uma lógica também sistêmica em termos de políticas públicas. Os programas requerem maior disponibilidade de recursos tanto para a compra de alimentos quanto para a ampliação de recursos humanos que apoiam a gestão do programa e atuam na assistência técnica aos agricultores para ampliar seu potencial transformador. Desta forma, seria possível consolidar este canal de comercialização como uma opção segura para os agricultores.

Na perspectiva do processamento, na agroindústria a maior eficácia dos programas passa pela articulação interinstitucional a fim de levar aos agricultores apoio para o cumprimento da legislação sanitária, principalmente no que diz respeito aos itens processados, possibilitando a inserção de itens de origem animal. No âmbito da logística tem sido um desafio aos agricultores incorporarem os custos em relação ao tempo e distância dos deslocamentos entre local de produção e de consumo.

A participação efetiva da assistência técnica é fundamental aos agricultores desde a produção até o consumo, pois fornece um apoio importante em etapas como a melhoria da produção, facilitação da comercialização, regulação sanitária, transição agroecológica ou certificação daqueles que produzem alimentos orgânicos. Sabe-se que a política nacional de assistência técnica e extensão rural enfrenta inúmeros desafios, com falta de recursos e baixo quantitativo de profissionais. Desta forma, sugere-se que o PAA e PNAE incluam em sua equipe local esses profissionais para atuarem acompanhando os agricultores participantes dos programas de forma mais efetiva.

O avanço hoje das compras públicas de alimentos pode significar fortalecer sua integração interministerial e reforçar seu caráter de políticas concomitantes de desenvolvimento rural e SAN. As compras públicas de alimentos da agricultura familiar têm potencial de alterar a atual trajetória de mudança de hábitos alimentares, e proporcionar ao dia a dia da população uma alimentação diversificada e saudável.

Contribuição dos autores

Lilian de Pellegrini Elias: concepção, metodologia, coleta de dados, análise de dados, pesquisa, design da apresentação de dados, redação do manuscrito original, revisão e edição.

Gabriela Perin: concepção, metodologia, coleta de dados, análise de dados, pesquisa, design da apresentação de dados, redação do manuscrito

original, revisão e edição. Julia de Oliveira Silva: concepção, metodologia, coleta de dados, análise de dados, pesquisa, design da apresentação de dados, redação do manuscrito original, revisão e edição. Lea Vidigal: análise de dados, redação do manuscrito original, revisão e edição. Felipe Jabali Marques: análise de dados, redação do manuscrito original, revisão e edição.

Suporte financeiro:

O conteúdo deste artigo é parte de pesquisa financiada com recursos da Cátedra Itinerante “Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano” desenvolvida pelo Núcleo Cebrap Sustentabilidade.

Conflitos de interesses:

Nada a declarar.

Aprovação do conselho de ética:

Não se aplica.

Disponibilidade de dados:

Os dados da pesquisa estão disponíveis sob consulta.

Agradecimentos

À Cátedra Itinerante “Inclusão Produtiva no Brasil Rural e Interiorano” do Núcleo Cebrap Sustentabilidade pelo apoio financeiro.

*** Autor correspondente:**

Felipe Jabali Marques. felipe.marques@santannapisa.it

Referências

- Anjos, I. A. D., Lopes Filho, J. D., & Horta, P. M. (2022). Factors associated with the purchase of family farming products for national school feeding program in Minas Gerais in 2017, Brazil. *Ciência Rural*, 52(4), e20200776. <http://doi.org/10.1590/0103-8478cr20200776>
- Assis, T. R. P., França, A. G. M., & Coelho, A. M. (2019). Agricultura familiar e alimentação escolar: desafios para o acesso aos mercados institucionais em três municípios mineiros. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57(4), 577. <http://doi.org/10.1590/1806-9479.2019.187826>
- Baccarin, J. G., Triches, R. M., Teo, C. R. P. A., & Silva, D. B. P. (2017). Indicadores de avaliação das compras da agricultura familiar para alimentação escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 55(1), 103-122. <http://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550106>

- Blay-Palmer, A. (Ed.). (2016). *Imagining sustainable food systems: theory and practice* (1st ed). London: Routledge. <http://doi.org/10.4324/9781315587905>
- Bocchi, C. P., Magalhães, E. S., Rahal, L., Gentil, P., & Gonçalves, R. S. (2019). A década da nutrição, a política de segurança alimentar e nutricional e as compras públicas da agricultura familiar no Brasil. *Revista Panamericana de Salud Pública*, *43*, e84. <http://doi.org/10.26633/RPSP.2019.84>
- Bonduki, M., & Palotti, P. (2021). Entre chicotes e cenouras orgânicas: coerção e cooperação na implementação das compras da agricultura familiar no âmbito do Pnae. *Dados*, *64*(4), e20190209. <http://doi.org/10.1590/dados.2021.64.4.251>
- Borsatto, R. S., Macedo, A. C., Santos, L. L., Antunes Junior, W. F., & Souza-Esquerdo, V. F. (2021). Food procurement as an instrument to promote local food systems: exploring a Brazilian experience. *International Journal on Food System Dynamics*, *12*(2), 2. <http://doi.org/10.18461/ijfsd.v12i2.83>
- Borsatto, R., Altieri, M., Duval, H., & Perez-Cassarino, J. (2020). Public procurement as strategy to foster organic transition: Insights from the Brazilian experience. *Renewable Agriculture and Food Systems*, *35*(6), 688-696. <http://doi.org/10.1017/S174217051900036X>
- Brasil. (2014). *PAA: 10 anos de aquisição de alimentos*. Brasília: Ministério da Cidadania.
- Brasil. (2024). *Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)*. Brasília. Recuperado em 27 de maio de 2024, de <https://www.gov.br/fnde>
- Brasil. Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB. (2021). *Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos - PAA: resultados das ações da Conab em 2020* (Compêndio de Estudos CONAB, No. 30). Brasília.
- Brasil. Ministério da Educação. (2022). *Caderno de Compras da Agricultura Familiar para o PNAE*. Brasília.
- Carvalho, G. C. G., Almeida Morais, I. B., Eulálio Neto, M., Rodrigues, R. N. M., Alves, F. C. D., Alencar Nääs, I., & Vendrametto, O. (2019). Global warming impact in a food distribution system: a case-study in an elementary school in Piauí. In F. Ameri, K. E. Stecke, G. von Cieminski & D. Kiritsis (Eds.), *Advances in production management systems: production management for the factory of the future* (p. 108-115). Springer International Publishing. http://doi.org/10.1007/978-3-030-30000-5_14
- Chaves, V. M., Pinheiro, L. G. B., Neves, R. A. M., Araújo, M. A. D., Silva, J. B., Bezerra, P. E. R., & Jacob, M. C. M. (2020). Challenges to balance food demand and supply: analysis of PNAE execution in one semiarid region of Brazil. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, *55*, 470-493. <http://doi.org/10.5380/dma.v55i0.73174>
- Fabri, R. K. (2021). *Aspectos simbólicos e sustentáveis sobre alimentação saudável em guias alimentares e na percepção de indivíduos adultos de Florianópolis* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Feenstra, G. (2002). Creating space for sustainable food systems: lessons from the field. *Agriculture and Human Values*, *19*(2), 99-106. <http://doi.org/10.1023/A:1016095421310>
- Ferigollo, D., Kirsten, V. R., Heckler, D., Figueredo, O. A. T., Perez-Cassarino, J., & Triches, R. M. (2017). Products purchased from family farming for school meals in the cities of Rio Grande do Sul. *Revista de Saúde Pública*, *51*, 6. <http://doi.org/10.1590/s1518-8787.2017051006648>
- Fonseca, M. H., Macedo, L. M., & Bittencourt, J. V. M. (2019). Cost analysis and price formation: a survey over the practices adopted by an organic farmers association in southern Brazil. *Custos e Agronegócio*, *15*(1), 328-351.

- Food and Agriculture Organization – FAO. International Fund for Agricultural Development – IFAD. (2019). *United Nations Decade of Family Farming 2019-2028 global action plan*. Rome: FAO. Recuperado em 27 de maio de 2024, de <http://www.fao.org/3/ca4672en/ca4672en.pdf>
- Food and Agriculture Organization – FAO. International Fund for Agricultural Development – IFAD. United Nations Children’s Fund – UNICEF. World Food Programme – WFP. World Health Organization – WHO. (2024). *The state of food security and nutrition in the world 2024: financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms*. Rome: FAO. <http://doi.org/10.4060/cd1254en>
- Gregolin, G. C., Gregolin, M. R. P., Zonin, W. J., Patzlaff, A. C., Patzlaff, P. M. G., & Giacobbo, L. F. (2016). Participação da agricultura familiar como fornecedora da alimentação escolar no território sudoeste do Paraná. *Nucleus*, 13(1), 169-184. <http://doi.org/10.3738/1982.2278.1480>
- Grisa, C., Caldas, E. L., & Avila, M. (2018). As compras públicas da agricultura familiar no Brasil: de onde veio essa ideia. In E. Sabourin & C. Grisa (Eds.), *A difusão de políticas brasileiras para a agricultura familiar na América Latina e Caribe*. Editora Escritos.
- Guerra, J., Blesh, J., Schmitt Filho, A., & Wittman, H. (2017). Pathways to agroecological management through mediated markets in Santa Catarina, Brazil. *Elementa*, 5, 67. <http://doi.org/10.1525/elementa.248>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2017). *Censo agropecuário 2017*. Rio de Janeiro.
- Maluf, R. (2009). Alimentação, escola e agricultura familiar. *Boletim do OPPA*, 26, 17-23.
- Marques, A. B. G. M., & Triches, R. M. (2022). Sustentabilidade na alimentação escolar: o papel dos atores sociais. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, 17(3), 193-200. <http://doi.org/10.18378/rvads.v17i3.9335>
- Marques, F. J., & Ponzilacqua, M. H. P. (2022). Mercados institucionais: garantia de desenvolvimento rural sustentável e segurança alimentar e nutricional. *Revista Katálysis*, 25(3), 498-506. <http://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e85264>
- Marsden, T., & Morley, A. (2014). *Sustainable food systems: building a new paradigm*. London: Routledge. <http://doi.org/10.4324/9780203083499>.
- Martinelli, S. S., & Cavalli, S. B. (2019). Alimentação saudável e sustentável: Uma revisão narrativa sobre desafios e perspectivas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 24(11), 4251-4262. <http://doi.org/10.1590/1413-812320182411.30572017>
- Mesquita, P., & Milhorange, C. (2019). Facing food security and climate change adaptation in semi-arid regions: Lessons from the Brazilian food acquisition program. *Sustentabilidade em Debate*, 10(1), 30-42. <http://doi.org/10.18472/SustDeb.v10n1.2019.23309>
- Methley, A. M., Campbell, S., Chew-Graham, C., McNally, R., & Cheraghi-Sohi, S. (2014). PICO, PICOS and SPIDER: a comparison study of specificity and sensitivity in three search tools for qualitative systematic reviews. *BMC Health Services Research*, 14(1), 1-10. <http://doi.org/10.1186/s12913-014-0579-0>
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D. G., & Group, T. P. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *PLoS Medicine*, 6(7), e1000097. <http://doi.org/10.1371/journal.pmed.1000097>
- Morgan, K., & Sonnino, R. (2010). The urban foodscape: world cities and the new food equation. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 3(2), 209-224. <http://doi.org/10.1093/cjres/rsq007>

- Paula, S. D. R., Sambuichi, R. H. R., Silva, S. P., Alves, F., & Valadares, A. A. (2023). *Inserção da agricultura familiar no programa nacional de alimentação escolar: impactos na renda e na atividade produtiva* (Texto para Discussão, no. 2884). Brasília: Ipea. <http://doi.org/10.38116/td2884-port>
- Pedraza, D. F., Melo, N. L. S. D., Silva, F. A., & Araujo, E. M. N. (2018). Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: revisão da literatura. *Ciencia & Saude Coletiva*, 23(5), 1551-1560. <http://doi.org/10.1590/1413-81232018235.17832016>
- Pereira, V. C., & Dal Soglio, F. K. (2020). *A conservação das sementes crioulas: uma visão interdisciplinar da agrobiodiversidade*. Editora da UFRGS.
- Perin, G., Cordeiro S., Almeida, A. F., Spínola, P. A. C., Pella, A. F. C., & Sambuichi, R. H. R. (2021). *A evolução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma análise da sua trajetória de implementação, benefícios e desafios* (Texto para Discussão, No. 2691). Brasília: IPEA. <http://doi.org/10.38116/td2691>
- Prezotto, L. L. (2013). *Manual de orientações sobre constituição de Serviço de Inspeção Municipal (SIM)*. Brasília. Recuperado em 27 de maio de 2024, de <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/37/MANUAL%20-%20SIM%20-%20Servico%20de%20Inspecao%20Municipal.pdf>
- Resque, A., Coudel, E., Piketty, M., Cialdella, N., Sa, T., Piraux, M., Assis, W., & Le Page, C. (2019). Agrobiodiversity and Public Food Procurement Programs in Brazil: influence of Local Stakeholders in Configuring Green Mediated Markets. *Sustainability*, 11(5), 1425. <http://doi.org/10.3390/su11051425>
- Retiere, M., & Darly, S. (2023). School food policies and the transition of urban food systems in Brazil and France: Insights from Sao Paulo and Greater Paris region case studies. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, 7, 984207. <http://doi.org/10.3389/fsufs.2023.984207>
- Rockett, F., Correa, R., Pires, G., Machado, L., Hoerlle, F., Souza, C., & Oliveira, A. (2019). Family farming and school meals in Rio Grande do Sul, Brazil. *Ciência Rural*, 49(2), e20180561. <http://doi.org/10.1590/0103-8478cr20180561>
- Sambuichi, R. H. R., Galindo, E. P., Oliveira, M. A. C., & Moura, A. M. M. (2014). Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: a experiência do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In *Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas* (p. 75-105). Brasília: Ipea.
- Sambuichi, R. H. R., Paula, S. D. R., Perin, G., Almeida, A. F. C. S. D., Gualdani, C., & Marques, F. J. (2022). *Impactos do programa de aquisição de alimentos sobre a produção dos agricultores familiares* (Texto para Discussão, No. 2820, pp. 1-46). Brasília: Ipea. <http://doi.org/10.38116/td2820>
- Sambuichi, R., Almeida, A., Perin, G., Spínola, P., & Pella, A. (2020). *O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): Instrumento de dinamismo econômico, combate à pobreza e promoção da segurança alimentar e nutricional em tempos de Covid-19*. Brasília: IPEA.
- Santos Batista, L., & Kumada, K. M. O. (2021). Análise metodológica sobre as diferentes configurações da pesquisa bibliográfica. *Revista Brasileira de Iniciação Científica*, 8, e021029.
- Santos Gomes, L., & Bezerra, J. A. B. (2019). Alimentação escolar e desenvolvimento social local: caso da aquisição de gêneros da agricultura familiar. *The Educational Forum*, 4(11), 97-116. <http://doi.org/10.25053/redufor.v4i11.899>
- Santos, F., Fernandes, P. F., Rockett, F. C., & Oliveira, A. B. A. (2014). Avaliação da inserção de alimentos orgânicos provenientes da agricultura familiar na alimentação escolar, em

- municípios dos territórios rurais do Rio Grande do Sul, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(5), 1429-1436. <http://doi.org/10.1590/1413-81232014195.14982013>
- Scheuer, J. M., Silva Neves, S. M. A., Santos Galvanin, E. A., & Moura, A. P. (2017). Estrutura produtiva e a agroecologia: Um estudo de caso na associação dos pequenos produtores da região do Alto Sant'Ana, Mato Grosso. *Revista Geográfica Acadêmica*, 11(2), 50-66.
- Silva, L. G. S., Oliveira, G. S., Lyra, C. O., Pinheiro, L. G. B., Neves, R. A. M., & Ferreira, M. A. F. (2022). Compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar: a situação do Rio Grande do Norte. *Saúde em Debate*, 46(spe2), 163-174. <http://doi.org/10.1590/0103-11042022e211>
- Silva, S. P. (2021). *Panorama da produção acadêmica sobre alimentação escolar e agricultura familiar no Brasil*. Brasília: Ipea. (Texto para Discussão, No. 2656, pp. 1-49).
- Soares, P., Martinelli, S. S., Fabri, R. K., Veiros, M. B., Davó-Blanes, M. C., & Cavalli, S. B. (2018). Programa Nacional de Alimentação Escolar como promotor de sistemas alimentares locais, saudáveis e sustentáveis: uma avaliação da execução financeira. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(12), 4189-4197. <http://doi.org/10.1590/1413-812320182312.25582016>
- Sousa, A. A., Silva, A. P. F., Azevedo, E., & Ramos, M. O. (2015). Cardápios e sustentabilidade: Ensaio sobre as diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Revista de Nutrição*, 28(2), 217-229. <http://doi.org/10.1590/1415-52732015000200010>
- Sousa, B. J., Miguel, T. B. V., & Santos, S. C. L. (2021). Alimentos orgânicos no Brasil: uma revisão de literatura. *Holos*, 4, 1-16.
- Sousa, L. M. M., Firmino, C. F., Marques-Vieira, C. M. A., Severino, S. S. P., & Pestana, H. C. F. C. (2018). Revisões da literatura científica: tipos, métodos e aplicações em enfermagem. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Reabilitação*, 1(1), 45-54.
- Souza, A., & Fornazier, A. (2022). Case study of the school feeding program in Distrito Federal, Brazil: building quality in short food supply chains. *Sustainability*, 14(16), 10192. <http://doi.org/10.3390/su141610192>
- Souza, S. R. G., Vale, D., Nascimento, H. I. F., Nagy, J. C., Silva Junior, A. H. M., Rolim, P. M., & Seabra, L. M. J. (2023). Food purchase from family farming in public institutions in the northeast of Brazil: a tool to reach sustainable development goals. *Sustainability (Basel)*, 15(3), 2220. <http://doi.org/10.3390/su15032220>
- Swensson, L. F. J., & Tartanac, F. (2020). Public food procurement for sustainable diets and food systems: The role of the regulatory framework. *Global Food Security*, 25, 1. <http://doi.org/10.1016/j.gfs.2020.100366>
- Taquette, S. R., & Minayo, M. C. S. (2015). The main characteristics of qualitative studies carried out by doctors in Brazil: a literature review. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20, 2423-2430. <http://doi.org/10.1590/1413-81232015208.18912014>
- Triches, R. M. (2021). Sustainable diets: Definition, state of the art and perspectives for a new research agenda in Brazil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(5), 1833-1846. <http://doi.org/10.1590/1413-81232021265.09742019>
- Triches, R. M., & Grisa, C. (2015). Entre mudanças e conservadorismos: Uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. *Revista NERA*, 18(26), 10-27. <http://doi.org/10.47946/rnera.v0i26.3569>
- Triches, R. M., & Schneider, S. (2010). Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade*, 19(4), 933-945. <http://doi.org/10.1590/S0104-12902010000400019>

- Triches, R. M., Schabarum, J. C., & Giombelli, G. P. (2016). Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná. *Revista Nera*, (31), 91-110.
- Turpin, M. E. (2009). A alimentação escolar como fator de desenvolvimento local por meio do apoio aos agricultores familiares. *Segurança Alimentar e Nutricional*, 16(2), 20-42. <http://doi.org/10.20396/san.v16i2.8634783>
- Weis, B., Chaim, N. A., & Belik, W. (2005). *Manual de gestão eficiente da merenda escolar* (3. ed). Ação Fome Zero.

Recebido: Maio 27, 2024;
Aceito: Dezembro 28, 2024
JEL Classification: Q18, H5, Q01

Editor de seção: Catia Grisa